



SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

Processo nº 00200.013521/2020-22

Assunto: Nova Contratação. Pregão Eletrônico. Solução completa de atualização de software para operação dos CTPs da SEGRAF. Item 20210018 do Plano de Contratações. **Valor estimado: R\$ 677.400,00.** Autorizações e aprovações de competência da Diretoria-Geral.

Senhor Diretor-Geral em exercício,

Trata o presente processo de proposta para realização de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, destinado à contratação de solução de impressão específica, a qual engloba um software de gerenciamento de equipamentos térmicos de gravação de chapas CTP (*Computer to Plate*) da marca *Screen*, composto de um módulo servidor a ser hospedado em equipamento servidor disponibilizado pelo Senado Federal e um módulo cliente a ser instalado em 10 (dez) estações de trabalho na Secretaria de Editoração e Publicações (SEGRAF); interfaces de rede, para conexão entre o equipamento servidor e os equipamentos de gravação de chapas CTP; serviço de suporte técnico do software; serviço de assistência técnica para as interfaces de rede, treinamento e sustentação da solução como um todo para o Senado Federal, ao custo estimado de **R\$ 677.400,00** (seiscentos e setenta e sete mil e quatrocentos reais), consoante especificações contidas na minuta de edital (documento nº 00100.128370/2025-49).

O órgão técnico justifica a contratação, por meio do Termo de Referência (documento nº 00100.125959/2025-95), conforme transcrição a seguir:

[...]

No procedimento de impressão CTP, a informação a ser impressa é registrada em uma chapa por meio de um feixe laser, diferenciando-se dos métodos tradicionais que imprimem diretamente no papel. Após a gravação na chapa, as imagens são "reveladas" por meio de um processo que inclui a prensagem da chapa contra o papel. Isso transfere a tinta da chapa para a superfície do papel. Após essa etapa





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

de transferência, o papel resultante com a imagem é disponibilizado, enquanto a mesma chapa é reutilizada para imprimir novamente a mesma página.

Esse ciclo de reutilização da chapa ocorre repetidamente, de acordo com a quantidade de cópias necessárias. É relevante destacar que uma única chapa pode ser usada para imprimir a mesma página diversas vezes, como no caso de se imprimir várias cópias de um Vade Mecum (demanda comum na SEGRAF), por exemplo. Além disso, essa mesma chapa pode ser empregada para imprimir diversas páginas simultaneamente, otimizando assim o processo de impressão, uma vez que em uma chapa cabem diversas folhas A4.

A gestão dos trabalhos de impressão das impressoras CTP é conduzida por meio de servidores de impressão de uso local, nos quais está instalado o software de gerenciamento de impressão. Esses servidores desempenham o papel de receber os trabalhos de impressão originados das aplicações "cliente", instaladas nas estações de trabalho dos colaboradores da gráfica. A dinâmica desse ciclo segue a seguinte estrutura:

(...)

Entretanto, uma situação crítica se apresenta: a parte de software da solução (que consiste na aplicação "cliente" nas estações e no "servidor" no sistema central) que está atualmente em uso pela SEGRAF encontra-se sem suporte técnico e descontinuado pelo fabricante (Screen Graphics Solution). Nesse contexto, surge a necessidade imperativa de buscar uma nova contratação, visando garantir a continuidade das operações de impressão offset.

A não renovação ou a ausência de contratação de um novo software acarreta um risco considerável para o servidor de impressão, caso o software antigo apresente falhas. Isso poderia resultar na indisponibilidade das impressoras CTPs, prejudicando significativamente a capacidade da SEGRAF de manter as atividades de impressão offset de maneira eficiente e contínua. Portanto, a busca por uma solução de software é essencial para mitigar esses riscos e garantir a continuidade operacional da SEGRAF.

A falta de suporte representa não apenas uma ameaça à continuidade das operações da gráfica, mas também expõe a Casa a vulnerabilidades significativas em termos de segurança cibernética. Softwares desatualizados muitas vezes possuem falhas de segurança conhecidas e não corrigidas, tornando-se alvos potenciais para ameaças, tais como malware², ataques de ransomware³ e exploração de vulnerabilidades. Manter o software atualizado é essencial para mitigar esses riscos, garantindo não apenas a eficiência operacional, mas também a proteção contra potenciais violações de segurança que poderiam comprometer dados sensíveis e a integridade do sistema.

Embora as demandas atuais de impressão estejam sendo atendidas com o software Trueflow e os servidores locais, a obsolescência dos equipamentos e do software reduz a confiabilidade e dificulta a manutenção de um ambiente operacional seguro e estável a longo prazo.

A presente contratação visa substituir esses servidores por novos equipamentos fornecidos pelo Senado Federal, a serem instalados em ambiente controlado na sala-cofre do Prodasen, em conformidade com as normas de segurança e





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

climatização necessárias para uma operação estável e contínua. Com essa nova configuração, também necessitarão serem adquiridas interfaces de rede que permitirão a conexão entre os servidores instalados no Prodasen e os equipamentos de gravação de chapas CTP localizados na SEGRAF, viabilizando a integração necessária para a transmissão e processamento de dados.

O novo ambiente será otimizado para a instalação do software Equios, sucessor do Trueflow, a ser adquirido por esta contratação, que conta com suporte contínuo e melhorias tecnológicas alinhadas às necessidades operacionais da SEGRAF. Essa atualização permitirá à SEGRAF preservar o investimento realizado nas impressoras CTP ao longo dos últimos anos, garantindo a compatibilidade plena com o novo software e eliminando os riscos de falhas causadas pela obsolescência do sistema atual.

[...]

Por meio do Ofício nº 501/2025-COATC/SADCON (documento nº 00100.128402/2025-14), a COATC/SADCON demonstrou a regularidade da instrução, com destaque para a seguintes informações/documentos carreados aos autos:

Para a finalidade, a Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal (PRODASEN) elaborou o Estudo Técnico Preliminar de NUP 00100.057337/2025-27, bem como o Termo de Referência de NUP 00100.065999/2025-71, que, após alterações, foi consolidado com todas as informações necessárias à contratação no documento NUP 00100.125959/2025-95, os quais, se entendidos viáveis, deverão ser aprovados pela Diretora-Geral, consoante art. 9º, inciso IV do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Conforme se verifica no item 1.2.2.1 do Termo de Referência os quantitativos que envolvem a solução objeto desta contratação foram definidos para permitir o uso simultâneo por até 10 colaboradores alocados na SEGRAF, que terão o módulo cliente de cada uma das licenças do software instalado em suas estações de trabalho, possibilitando o envio e o gerenciamento dos trabalhos de impressão sem restrições de acesso às funcionalidades da solução. Essa quantidade atende ao número atual de colaboradores no setor, permitindo a utilização simultânea total e sem interrupções às funcionalidades do software, essencial para a operação eficiente da Gráfica do Senado Federal.

A pesquisa de preços que estimou a contratação foi consolidada na Planilha de Estimativas de Despesas sob o documento nº 00100.065037/2025-11, projetando-se o custo geral estimado de **R\$ 677.400,00**.

A COCVAP ratificou a pesquisa de preços, conforme NUP 00100.067792/2025-31, cuja validade é até 13/10/2025.

(...)

A COPEL procedeu a análise da minuta de edital, por meio do documento nº 00100.087158/2025-14, e concluiu que a minuta encontrar-se-á regular e adequada para aprovações pela DGER após as alterações sugeridas.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

(...)

A ADVOSF, por meio do Parecer nº 441/2025 (NUP 00100.119871/2025-34) analisou os autos e concluiu que “observadas as recomendações constantes deste parecer e ressalvada eventual impropriedade de ordem técnica que escapa ao conhecimento jurídico, entende-se que a minuta constante do documento nº 00100.112399/2025-17 poderá ser considerada regular e, portanto, apta à aprovação pela autoridade competente”.

(...)

Quanto à comprovação da autorização de alteração do valor da contratação, em função do Adendo nº 872, citada no parecer jurídico, cumpre informar que o referido adendo foi autorizado por aquele Colegiado, conforme consta no Anexo II da Ata da 3ª reunião de 2025 do Comitê de Contratações, de 15/05/2025, NUP 00100.089063/2025-35.

Instado a manifestar-se sobre o parecer jurídico, o Órgão Técnico manteve a dispensa da exigência de garantia contratual, inserindo no Termo de Referência, NUP 00100.126191/2025-77, os fatores que levaram a essa decisão, conforme item 14.1 e subitens na tabela a seguir. (grifo nosso)

Quanto às recomendações jurídicas referentes ao Termo de Referência e/ou minuta de edital, segue tabela preenchida com as recomendações que **não foram acatadas e suas justificativas**:

RECOMENDAÇÃO DA ADVOSF	MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO TÉCNICO
<p>Quanto à proposta de dispensa da garantia contratual, embora no Termo de Referência conste uma justificativa, tem-se que a mesma é apenas a reprodução do teor de uma das hipóteses de dispensa da garantia prevista no inciso II do § 2º do art. 18 do Anexo III do ADG nº 14/2022, qual seja, que não deve ser exigida da contratada a garantia contratual, tal como prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, pois a possibilidade de ocorrência de prejuízos financeiros inerentes à execução do contrato é pouco significativa.</p> <p>A garantia contratual tem por finalidade assegurar a indenização ao ente contratante no caso de prejuízos causados pelo inadimplemento do particular contratado, incluindo valores devidos em razão da aplicação de multas e prejuízos advindos do não cumprimento das obrigações contratuais nos termos em que foram pactuadas. Considerando o vulto da contratação e a essencialidade da solução almejada, entende-se que também deve ser levada em conta a importância que a</p>	<p>14.1. Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 96 da Lei 14.133/2021 para a presente contratação, pois consoante previsto no inciso II do § 2º do art. 18, Anexo III, do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022, a possibilidade de ocorrência de prejuízos financeiros inerentes à execução do contrato é pouco significativa. Essa avaliação decorre dos seguintes fatores:</p> <p>14.1.1. Não haverá pagamentos antecipados:</p> <p>14.1.1.1. Quanto aos itens 1 e 2, os pagamentos só serão realizados após a entrega, instalação e comprovação do pleno funcionamento da solução e a emissão dos respectivos termos de Recebimento Definitivo. Em caso de eventual apuração de penalidade em razão de impuntualidade dos prazos previstos neste TR, haverá, caso necessário, a possibilidade de retenção cautelar de parte do valor a ser pago à empresa referente a estes itens;</p>





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

regularidade e a pontualidade no fornecimento dos itens que compõem o objeto têm para a manutenção da normalidade das atividades administrativas e legislativas desenvolvidas no âmbito desta Casa, bem assim a potencialidade de danos em caso de má execução do ajuste.

Desse modo, entende-se que são insuficientes as razões que motivam a dispensa da exigência da garantia contratual prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista os potenciais prejuízos que o Poder Público e a sociedade brasileira poderão experimentar caso o objeto contratado não seja executado em conformidade com o que vier a ser pactuado.

Contudo, cabe à autoridade competente por aprovar o Termo de Referência, considerando o vulto econômico, os, riscos de danos e a essencialidade do objeto pretendido, avaliar a conveniência de se exigir ou não a garantia contratual prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 ou exigir melhor fundamentação a respeito da questão. Caso se decida pela exigência da garantia contratual para os ajustes decorrentes da licitação proposta, recomenda-se a redação da minuta-padrão de edital em vigor para contratações de objetos com mesma natureza, cuja redação já fora aprovada por esta Advocacia. (grifos nossos)

14.1.1.2. Quanto aos itens 3 e 4, os pagamentos referentes a estes serviços serão realizados mensalmente. Situações relacionadas à impontualidade serão tratadas por meio de glosas e, caso a situação seja passível de penalidade, o valor de eventual multa poderá ser descontado dos pagamentos mensais;

14.1.1.3. Quanto ao item 5, de modo similar ao caso dos itens 1 e 2, os pagamentos só serão realizados após a avaliação do treinamento por parte da turma e a emissão do respectivo Termo de recebimento definitivo. Em caso de eventual apuração de penalidade em razão de impontualidade dos prazos previstos neste TR, haverá, caso necessário, a possibilidade de retenção cautelar de parte do valor a ser pago à empresa referente a este item.

14.1.2. Exigência de Qualificação Técnica Específica:

14.1.2.1. O Termo de Referência exige apresentação de atestado de capacidade técnica, comprovando experiência prévia e qualificação técnica específica na execução de serviços compatíveis com o objeto licitado, especialmente com modelo de equipamento CTP Screen PT-R 8600 SL (em utilização na SEGRAF) em que a solução será aplicada, restringindo a participação a empresas comprovadamente aptas e reduzindo o risco de execução inadequada.

14.1.3. Estabelecimento de Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para os itens 3 e 4: O contrato prevê indicadores de desempenho e qualidade para os serviços de suporte técnico e assistência técnica, caso em que o eventual não cumprimento das metas estabelecidas relacionadas aos indicadores serão tratadas inicialmente por meio de glosa nos pagamentos mensais. Caso a situação seja grave a ponto de ser tratada por meio de apuração de penalidade, em caso de necessidade os valores mensais a serem pagos à Contratada poderão ser retidos cautelarmente pela Gestão do Contrato a fim de assegurar o pagamento da multa.

14.1.4. A exigência de garantia contratual poderia onerar desnecessariamente a contratação, sem trazer benefícios proporcionais ao





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

	interesse público, pois os riscos de inadimplemento e falhas na execução contratual poderão ser mitigados pelos mecanismos contratuais.
--	---

As demais recomendações postas pelo órgão jurídico foram acatadas e consolidadas na minuta de edital a ser aprovada pela autoridade competente, que não prevê a exigência de garantia contratual, conforme consta no Termo de Referência.

Os autos seguiram, então, para informação da disponibilidade orçamentária, a qual foi confirmada pela COPAC no documento nº 00100.127275/2025-28. A contratação está prevista no item 20210218 do Plano de Contratações.

A versão consolidada da minuta de edital está consignada no NUP 00100.128370/2025-49 e, se entendida regular, deve ser aprovada pela autoridade competente.

(...)

Por derradeiro, o Senhor Diretor da SADCON encaminhou os autos para as deliberações e demais atos necessários ao seguimento do certame, em conformidade com o disposto no Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022. Ademais, solicitou deliberação quanto à conveniência de se exigir ou não a garantia contratual, conforme recomendado pela ADVOSF.

Sobre isso, entende-se que devem ser acatadas as proposições do Órgão Técnico, que detém o conhecimento técnico aprofundado sobre o objeto a ser contratado, bem como o mercado em questão, cuja complexidade escapa ao domínio técnico desta Assessoria.

À consideração de Vossa Senhoria.

Revisado por:

(assinado eletronicamente)

Kleber Minatogau
Assessor Técnico

(assinado eletronicamente)

Tahmineh Maria Shokranian de Mello
Gestora do NASC/ATDGER





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

De acordo. Acolho a informação técnica e, com fundamento no art. 9º, incisos III, IV, V, VII e IX, Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, passo a decidir:

1. **AUTORIZO** a realização do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**;
2. **APROVO** o Estudo Técnico Preliminar 25/2025 (documento nº 00100.057337/2025-27); o Termo de Referência (documento nº 00100.125959/2025-95); e a minuta de edital (documento nº 00100.128370/2025-49), nos termos propostos;
3. **AUTORIZO** a despesa estimada no valor máximo de **R\$ 677.400,00** (seiscentos e setenta e sete mil e quatrocentos reais), prevista no item 20210018 do Plano de Contratações;
4. Considerando que o **PRDSTI** é o órgão técnico que detém conhecimento e expertise acerca do mercado relevante do objeto a ser contratado, **ACOLHO** as justificativas apresentadas para dispensa da exigência de garantia contratual, documento nº 00100.126191/2025-77, conforme recomendação da ADVOSF;
5. **DESIGNO** os gestores indicados na PDG.

Encaminhem-se os autos, sucessivamente, à **AADGER** e à **SADCON**, para as demais providências pertinentes.

Brasília, 15 de julho de 2025.

(assinado eletronicamente)
WANDERLEY RABELO DA SILVA
Diretor-Geral em exercício





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

PORTARIA DA DIRETORIA-GERAL

Nº 3148 de 2025

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL em exercício, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 9º, inciso IX, do Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, e tendo em vista o que consta do **Processo nº 00200.013521/2020-22**,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o **Núcleo de Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação – NGCTI**, como órgão gestor do(s) contrato(s) que se originar(em) do referido processo.

Art. 2º Designar o servidor titular do **Serviço de Relacionamento Com Mantenedores – SERMAN**, e seu substituto imediato, respectivamente, como fiscais técnicos titular e substituto da(s) mesma(s) avença(s).

Art. 3º Designar os servidores **André Said de Lavor**, matrícula 255662, e **Guido Nazareth Júnior**, matrícula 255054, respectivamente, como fiscais demandantes titular e substituto da(s) mesma(s) avença(s).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de julho de 2025.

(assinado eletronicamente)
WANDERLEY RABELO DA SILVA
Diretor-Geral em exercício

